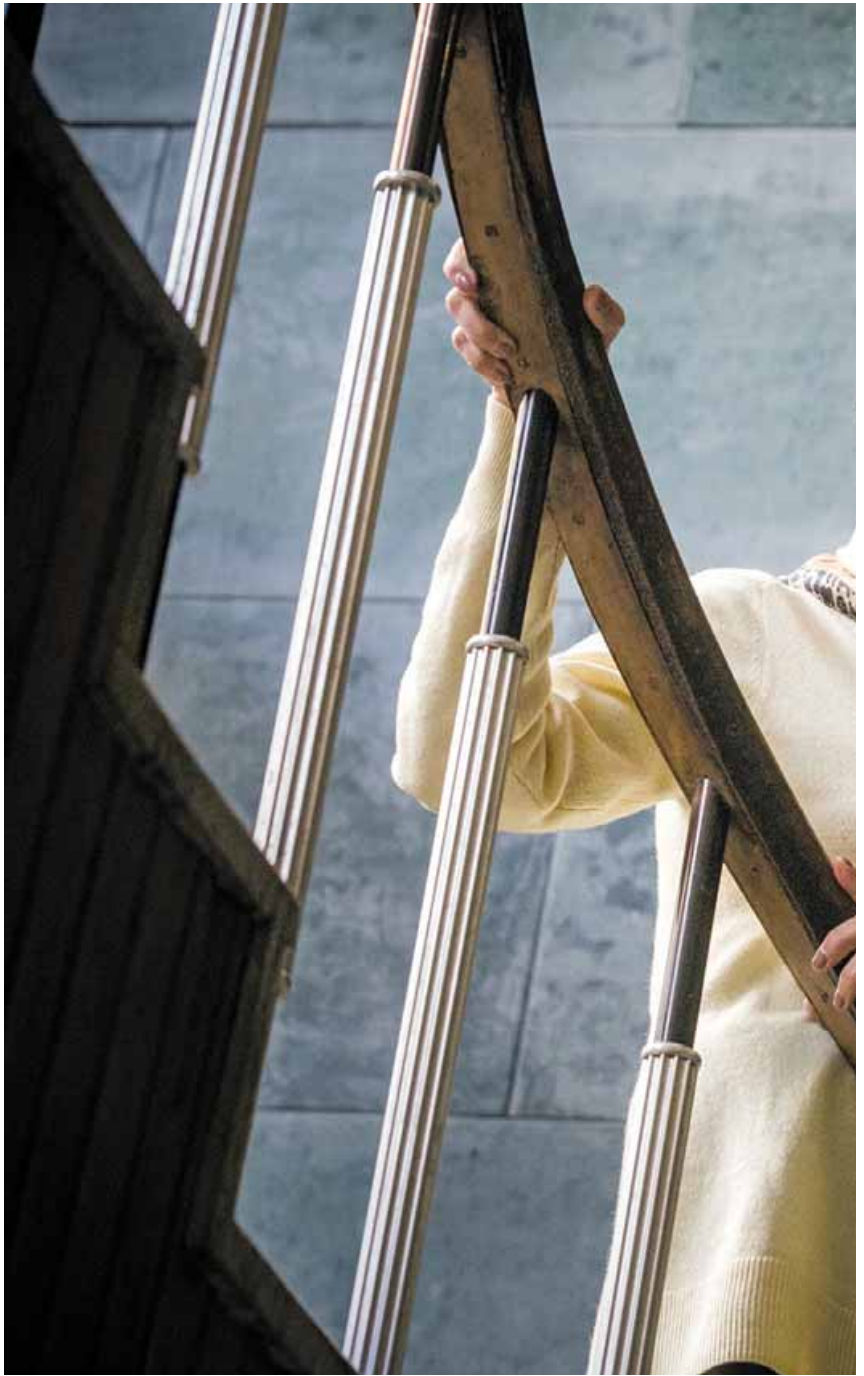
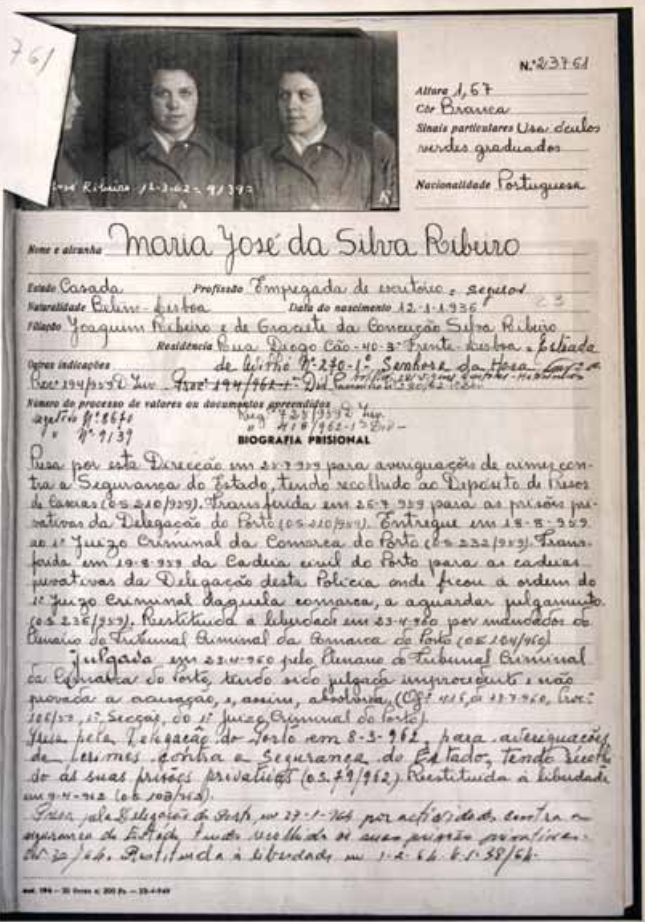




ID: 85304731

08-03-2020 | P2



A manifestação das mulheres que não está nos livros

8 de Março



NELSON GARRIDO



Com bombinhas de São João, Maria José Ribeiro anunciava o que viria a ser histórico. Naquela tarde de Março, no Porto, as mulheres foram protagonistas da luta antifascista e pela primeira vez exigiam ser “cidadãs de corpo inteiro”. Maria acabou por ser presa e pontapeada pela PIDE. A manifestação do Dia Internacional da Mulher que a polícia jurava fracassar conseguiu afrontar o regime e destoar da luta da esquerda, mas foi esquecida por todos

Por [Andreia Friaças](#)



8 de Março de 1962. Mal o ponteiro do relógio marcou os seis horas da tarde, Maria José Ribeiro fugiu ligeira do trabalho. Desde a Rua Fernando Tomás, onde ficava a seguradora em que passava os dias, até à Praça da Liberdade era sempre a descer. De gabardina, mala de couro e lenço na cabeça, Maria palmilhou caminho, apressada, para assistir àquilo que tinha sido meticulosamente planeado nas últimas semanas. A primeira manifestação – e a única até ao 25 de Abril – em que as mulheres recusaram encaixar-se na moldura construída pelo regime de Salazar e fizeram da rua o palco de festejo do Dia Internacional da Mulher.

O arranque do protesto estava marcado para as seis e meia da tarde na Praça da Liberdade, no Porto, onde os eléctricos achavam a sua última paragem. Era o local de excelência para agrupar pessoas – como acontecia, por exemplo, no 1.º de Maio. As autoridades tinham preparado “um serviço discreto” para controlar a manifestação, ao contrário da vontade inicial da PSP, que teria proposto medidas de actuação “exageradas e prejudiciais pelo alarme e especulação que viriam a provocar”, pode ler-se no relatório do subdirector da PIDE que o P2 consultou. Ainda assim, a PSP tinha ordens para “actuar com energia logo que se verificasse qualquer ajuntamento ou alteração de ordem”.

Faltavam dez minutos para as sete da tarde quando o “ambiente absolutamente normal” se rompeu. Ao lado da estátua de D. Pedro IV, juntou-se um grupo de “indivíduos de ambos os sexos, com predomínio acentuado de elementos masculinos e jovens, todos eles com aspecto de estudantes”, continua o subdirector da PIDE. Informação contrária é dada pelo jornal francês *L'Humanité* de 10 de Março e pelo diário brasileiro *O Jornal* de 9 de Março, que noticiam que as mulheres formavam a maioria dos manifestantes naquela tarde. “Havia mulheres por todo o lado, desde estudantes, operárias e burguesas”, corrobora Maria José Ribeiro.

Por debaixo da chuva miudinha, o grupo de manifestantes – “na sua maioria garotada” – reuniu cada vez mais pessoas, que em uníssono deram “vivas à liberdade, à democracia, à [imperatriz romana] agripina, abaixo a PIDE, soltando em seguida *slogans* académicos e terminando com hino nacional” como forma de protesto, lê-se no mesmo relatório.

Foi por esta altura que Maria José Ribeiro, então com 26 anos, chegou finalmente à manifestação. Depois de sair do trabalho cruzou-se com uma rapariga que lhe entregou os panfletos clandestinos para “atirar ao ar” durante o protesto. “Esta era a função de outra jovem que à última hora não apareceu para os ir buscar, mas com tanto trabalho e risco, estes papéis não podiam ir para o lixo”, diz Maria José Ribeiro.

Na Torre do Tombo, em Lisboa, é possível encontrar os panfletos clandestinos dirigidos às mulheres que Maria espalhou neste dia. “O dia 8 de Março é o vosso dia. Em Portugal, a mulher não tem direitos. Vive subjugada e vós bem sentis na própria carne”; “A vida para nós é cada vez mais pesada. É sobre nós que recaem os encargos familiares. Participai com todas as pessoas da família e amigas, contra a carestia de vida, pelo barateamento dos géneros, pelo aumento dos salários, pela paz”, lê-se nos comunicados agora desbotados.

Outros panfletos dão destaque às lutas gerais, como a Guerra Colonial, que tinha começado em 1961. Aliás, é através deste tema que

as mulheres se dirigem aos homens do Porto (“as nossas irmãs, mães e esposas vão concentrar-se no dia 8 de Março. Com elas estaremos ombro a ombro a afirmar a vontade nacional pela paz em Angola, regresso dos soldados, aumentos de salários, diminuição do custo de vida, democracia e liberdade”) e aos “homens honrados” da PSP e GNR (“respeitai e deixai desfilar as mulheres do Porto (...) que desfilarão com a mensagem da paz para os homens, mulheres e meninos do mundo inteiro”).

A Guerra Colonial era um pesadelo tão afinado na vida das mulheres e homens que quando os manifestantes começaram a subir a Rua de Santo António (agora Rua 31 de Janeiro), por volta das sete da tarde, o “maior” pano entre eles dizia “Não à guerra”, ao lado de outros que tinham escrito “Democracia”, “Emancipação da mulher” e “Amnistia”.

No meio deste alvoroço, Maria encontrou o seu pai, que foi preso quando a filha tinha 19 meses, cumprindo uma pena de 16 anos no Tarrafal por pertencer à Organização Revolucionária da Armada. “Atenção, aqui há muita PIDE, não fiques isolada”, avisou o pai de Maria, que ignorou olímpicamente o recado. “Vai-te lá embora”, repetiu, mas sem sucesso.

A chegada da polícia

Quase uma hora depois do início da manifestação, a PSP chegou ao local. O subdirector da PIDE criticou junto do “Sr. Comandante” o atraso que os “seus subordinados” mostraram em actuar. “Acabou efectivamente por se realizar um arremedo de manifestação que, devo já dizer, só foi possível por ter sido consentido que se criasse condições para tal”, confirma um funcionário da Delegação da Polícia do Porto (DPP) encarregado de observar o protesto.

Apesar do atraso, a chegada foi aparatosa. Apareceram “cerca de 200 homens de capacete de aço e espingarda, que entravam em formatura”, “dois carros-tanque, lança jactos”, “três ou quatro pelotões” que levavam à frente um chefe de esquadra e “7 ou 8 carros de rádio patrulha”, descreve num relatório o funcionário da DPP. Considera, no entanto, que as patrulhas da PSP “não tinham instruções de como deviam agir ou se as tinham não as cumpriram”, acrescenta.

Quando os guardas da PSP entraram em contacto com os manifestantes, “não se verificou da parte daqueles [PSP] a dureza que era aconselhável em tais casos”, lê-se no relatório do subdirector da PIDE. “Prova que assim foi o facto de apenas três indivíduos terem recebido tratamentos no hospital por ferimentos ligeiros”, argumenta. A notícia de *O Jornal* de dia 9 de Março diz, contudo, que “as autoridades desmentiram as informações de que haviam sido hospitalizadas três senhoras”.

Tanto *O Jornal* como o *Diário de Notícias* asseguram que “não houve predomínio de violência”, apesar de os jornais franceses *L'Humanité* e o *Le Monde* escreverem que a polícia interrompeu a manifestação com brutalidade. *O Avante!* acrescenta que, “sem atender se eram mulheres ou homens, se eram velhos ou crianças”, os guardas fizeram “vários feridos”, dando conta dos “gritos das mulheres feridas”, do “sangue que deixava manchas no pavimento” e das “prisões realizadas”, mas sem detalhar números.

Segundo as contas do subdirector da PIDE, terão sido feitas 13 prisões (quatro mulheres e nove homens), embora o funcionário da polícia anote 17 (sete mulheres e dez homens). Seja qual for a lista correcta, uma das mulheres era Maria José Ribeiro.



ENRIC VIVES-RUBIO



NUVO FERREIRA-SANTOS





ADRIANO MIRANDA



“Tentavam atingir-me nos seios”

“Vamos sair daqui”, disse o pai de Maria quando viu a PSP a descer a Rua de Santo António. “Para qualquer circunstância, eu vou a uma consulta médica e tu vais comigo”, continuou. Afastaram-se da confusão e subiram a rua, falseando a maior calma possível. Quando chegaram à Rua Santa Catarina, Maria viu um carro da PSP – os famosos “nivea”, por serem azuis e brancos. Um dos polícias agarrou-lhe no ombro. “A menina entra para o carro que está presa”, disse-lhe. O pai, por protestar a decisão, também foi obrigado a entrar para o carro.

Quando chegaram ao Governo Civil, já lá estavam “bastantes” mulheres e homens. Maria recorda o comandante da PSP, Santos Júnior, a descer as escadas enquanto insultava as mulheres. “O que é que estão a fazer aqui? Deviam estar em casa a limpar o ranho aos filhos. Parece impossível, não têm vergonha”, recorda as palavras do comandante. Não tardou até chegar uma brigada da PIDE e os manifestantes seguiram para a antiga sede da PIDE na Rua do Heroísmo. É aqui que Maria é separada do pai e que a violência começa a escalar.

“Empurraram-me para a sala onde era o piquete da PIDE; veio um deles e deu-me logo dois bofetões, os óculos foram logo pelos ares. Bater na cara é a maior humilhação que se pode ter, ainda hoje parece que me dói”, recorda. “Depois formou-se um grupo de dez pides e empurraram-me por umas escadas em direcção a uma sala, chamada a ‘sala do baile’, onde brincavam com a desgraça, e bateram-me no corpo todo com um cavalo-marinho [tipo de chicote feito com pele do hipopótamo]. Tentavam atingir-me nos seios e eu para tapar o peito fiquei com a cara e as costas todas marcadas. Quando ia dormir, não me conseguia encostar com as dores nas costas, dormia de joelhos apoiada na cama”, recorda.

No momento do julgamento, a polícia carregava na tinta. “Eles diziam que eu tinha de ser comunista porque não chorava e faziam sempre acusações tenebrosas. Como o meu pai tinha estado preso, diziam que era uma perigosa comunista com altas responsabilidades”, diz Maria, que esteve presa um mês, o tempo ideal “para deixar as feridas sarar”. Durante os 12 primeiros dias não pôde receber visitas. “Só deixaram quando a minha mãe disse que não saía dali enquanto não me visse a mim e ao meu pai”, explica.

A preparação “ousada e louca”

A quatro dias da manifestação, os funcionários da PIDE diziam-se convictos de que esta iria falhar. “[Parece] que não há por parte dos mentores interessados na demonstração muita convicção de que a mesma resulte”, diz Coelho Dias, subdirector da PIDE. “O próprio serviço informativo e de vigilância confirmava que a projectada manifestação de 8 de Março não encontrava ambiente nem quem nela estivesse disposto a participar, sentindo-se que fracassaria inteiramente”, acrescenta.

Mas não fracassou. Embora não haja uma narrativa uniforme sobre o número de manifestantes daquela tarde, nos relatórios da PIDE e da PSP, bem como em jornais como o *Diário de Notícias*, submetidos ao “lâpis azul” da censura, foram contabilizadas 300 pessoas. “Numa altura em que não se podiam juntar duas pessoas na rua, 300 pessoas é muito, e se foi dito pela PIDE pode significar 400 ou 500 pessoas”, afirma a historiadora e investigadora Irene Pimentel, que estuda a história



Em protesto

Nesta coluna, em cima, relatórios da PIDE e da PSP sobre a manifestação; em baixo, panfleto de propaganda do protesto. Ao lado, de cima para baixo, Margarida Tengarrinha, Maria Teresa Horta e Isabel do Carmo



contemporânea da ditadura. Maria José Ribeiro defende que se juntaram cerca de mil manifestantes e o jornal clandestino *Avante!* apontou para 20 mil.

Segundo Maria José Ribeiro, não foi o Partido Comunista Português, a maior e mais estruturada força da oposição na altura, que organizou a manifestação. “Muitas de nós já tinham ligações com o PCP [como era o caso de Maria], mas o grupo organizador foi a comissão democrática das mulheres [de Apoio a Humberto Delgado], que, não sendo aceite politicamente, quase se impunha como uma semilegalidade”, afirma Maria, que tinha sido convidada a fazer parte deste colectivo depois de ser presa por pertencer à comissão democrática dos jovens.

Eram cerca de 15 a 20 mulheres que, sem sede, se reuniam nas casas umas das outras. “Escreviamos comunicados, fazíamos reuniões de trabalho, colóquios. O objectivo era sempre juntar pessoas e falarmos dos nossos problemas, particularmente os problemas das mulheres, das crianças e da paz”, diz Maria. “Preparávamos sempre alguma coisa no dia 8 de Março, almoços ou festas e nesse ano, com todo o clamor da guerra que se sentia, alguém disse: ‘E se fizéssemos um encontro na rua?’”

Era uma ideia “ousada e louca”, mas o grupo decidiu avançar. “Quando nós acreditamos em alguma coisa, quando sabemos que temos razão, o medo desaparece”, justifica. Fizeram um plano, avaliaram os contactos que cada uma tinha no seu trabalho, no círculo de amigos ou vizinhos e distribuíram tarefas. Maria ficava muitas vezes responsável pelos comunicados. Escrevia-os à máquina e entregava a um amigo que tinha uma fotocopiadora manual na despesa da sua casa – forrada com cortiça, para abafar o barulho. “Houve vários homens que nos ajudaram”, garante Maria.

Os panfletos começaram a circular no final de Fevereiro e cerca de 322 papéis foram apreendidos pela polícia. Os relatórios enviados ao Ministério do Interior falam de panfletos “em número muito reduzido”, distribuição “intermitente” e folhetos que “são mais deixados para as ruas do que espalhados pelas ruas”. Já Maria relembra as formas criativas que arranjava para os distribuir.

“Metíamos no caixote do lixo um monte de panfletos com uma bombinha de São João, atávamos um fio, dávamos fogo ao fio, aquilo ia ardendo e quando chegava lá à bombinha fazia *pum!* As pessoas assustavam-se, iam ver o que se passava e viam os comunicados”, relembra. “Noutra vez, fui com uma rapariga a uma casa de chá muito chique que ficava no último andar do Banco Português do Atlântico. Bebemos um chá e fingimos que fomos ver as vistas. Molhámos um bocadinho os panfletos nas pontas para ficarem mais pesados, escondemos os papéis por debaixo da gabardina e mandámos os panfletos lá de cima. Vimos as pessoas a passar, a baixarem-se e a pegar nos papéis”, recorda Maria, que em 1968 viria a fazer parte do Movimento Democrático das Mulheres.

Luta das mulheres ou luta do povo português?

“Para uma mulher ir a uma manifestação, tinha de ser 100 vezes mais corajosa e destemida que um homem, porque além dos perigos com a polícia ainda tinha muitas vezes de lutar com a família ou o marido, arranjar alguém que ficasse com o filho e muitas eram presas em casa para não irem”, recorda a escritora Maria Teresa Horta, autora de livros – como o *Minha Senhora de Mim* – que foram censurados pelo regime. Mas neste 8 de Março, além de



NELSON GARRIDO



protagonistas e mentoras da manifestação, as mulheres deram voz às reivindicações femininas e não apenas à luta geral antifascista, o que na altura era uma “lança em África”, considera a historiadora Irene Pimentel.

“O fim das organizações das mulheres pelo regime salazarista, que considerava as organizações do estado como a Mocidade Portuguesa Feminina e a Obra das Mães pela Educação Nacional suficientes para todas as mulheres, fez com que a luta das mulheres em Portugal estivesse enquadrada na oposição mais lata ao regime e menos pelas questões específicas das mulheres”, justifica Irene Pimentel, autora do livro *História das Organizações Femininas do Estado Novo*.

A prioridade da luta geral é espelhada na notícia que o jornal clandestino *Avante!* publica sobre o protesto de 8 de Março. É escrito que o PCP apelou à manifestação na “jornada internacional da mulher” por essa ser a “vontade dos trabalhadores do Porto e dos seus arredores”. O jornal refere que pela primeira vez o país “lançou a palavra de ordem de fazer uma manifestação de massas na rua para comemorar o 8 de Março”, mas destaca apenas as lutas gerais do povo português (“contra a guerra colonial, polícia do regime fascista e repressão”), considerando, no fundo, esta manifestação como “mais uma grande jornada anti-salazarista”.

Em 1962, Margarida Tengarrinha tinha 35 anos e vivia na clandestinidade nos arredores de Lisboa, onde estava escondida a redacção do *Avante!*. Foi ela que escreveu a notícia do protesto no jornal. “Lembro-me de que a informação me chegou muito completa, com os factos apurados, os locais, o que se gritou. Na altura pensei até que tivesse sido escrita pela Virgínia Moura [que esteve na manifestação], mas não o posso garantir.” Na opinião de Margarida Tengarrinha, o principal objectivo do PCP neste protesto era “demonstrar que continuava a ter força” na luta antifascista em resposta ao “ataque” que sofreu em Dezembro

“*Empurraram-me para a sala onde era o piquete da PIDE; veio um deles e deu-me logo dois bofetões, os óculos foram pelos ares. Bater na cara é a maior humilhação que se pode ter, ainda hoje parece que me dói*
Maria José Ribeiro

de 1961 (responsáveis da direcção regional de Lisboa, como Octávio Pato e João Pires Jorge, foram presos e José Dias Coelho foi assassinado pela PIDE). “O 8 de Março era muito importante, os direitos das mulheres eram fundamentais, mas para as pessoas o que era mais importante naquela altura? Acabar com o fascismo”, defende.

“Nós interiorizávamos de forma absoluta que aquilo que devíamos pensar era na luta política, porque tudo o resto era utópico se não existisse uma revolução que acabasse com o fascismo. E hoje, a frio, talvez concorde mais com esta posição”, acrescenta Maria Teresa Horta, 83 anos, que lamenta, no entanto, a ausência de uma luta onde as mulheres “tivessem palavra sobre si próprias a não ser enquanto povo português”. “A luta das mulheres era vista como uma coisa burguesa, reaccionária, divisionista, que iria enfraquecer a luta geral”, acrescenta.

“Não valia a pena lutar pelos direitos das mulheres porque quando tivéssemos a futura sociedade socialista os problemas das mulheres ficariam resolvidos... era isto que nos diziam, mas é uma ideologia puritana, hipócrita que prejudica as mulheres”, considera Isabel do Carmo, 79 anos.

Para a médica, que mais tarde viria a formar as Brigadas Revolucionárias, também a esquerda tinha uma atitude conservadora perante a liberdade das mulheres. “Quando tinha 21 anos, comecei a viver com o Ernesto de Sousa, que tinha mais 20 anos do que eu – isso foi um escândalo, não só para a minha família mas para o partido [PCP]. Eu não fui expulsa, mas houve uma marginalização por causa disso”, exemplifica. “A esquerda queria as mulheres contra o regime, não em torno das suas próprias lutas. Não há uma preocupação genuína pela reivindicação dos direitos das mulheres”, concorda Manuela Tavares, presidente da associação UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Dado o cenário, este 8 de Março foi como



Mulheres em luta

Em cima, à esquerda, Maria José Ribeiro, uma das organizadoras do protesto de 8 de Março de 1962. Em cima, Helena Neves, uma das fundadoras do Movimento Democrático das Mulheres, presa três vezes por causa da oposição ao regime, só soube da manifestação do Porto em 1968

um virar de página. “Já não lutávamos apenas contra o fascismo, mas também criávamos consciência para que as mulheres fossem cidadãs de corpo inteiro, para que dissessem aos maridos que tinham de andar ombro a ombro, não atrás deles”, diz Maria José Ribeiro. “Esta manifestação serviu para aumentar a consciência das mulheres como sujeitos políticos. Acções de rua protagonizadas por mulheres ou organizadas por mulheres não há muitas nessa altura. Quando é que as mulheres saem novamente à rua desta forma? É em 1974”, conclui Manuela Tavares.

A luta invisível do início até hoje

Em 1962 era proibido comemorar o Dia Internacional da Mulher. Os próprios funcionários



NUNO FERREIRA SANTOS

da PIDE desconsideram este dia, referindo-se como “8 de Março, data do que chamam ‘dia mundial das mulheres’”. Os jornais censurados ignoram a efeméride, noticiando o protesto como se se tratasse de uma manifestação anti-regime como as que faiscavam nestes anos. O *Diário de Notícias* do dia 10 de Março e *O Jornal* de 9 de Março dizem apenas que houve uma “manifestação antigoverno em Portugal”, apesar de escreverem que a maioria dos manifestantes eram mulheres.

“Seja na minha passagem pela *Capital*, pelo *Século* ou pelo *Diário de Notícias*, a censura cortava sempre qualquer referência ao envolvimento de mulheres fosse no que fosse. Uma mulher na manifestação irritava o poder, quanto mais a organizá-la. O regime não podia deixar que se soubesse que as mulheres estavam a sair de casa e a protestar”, explica a escritora Maria Teresa Horta. “Este era considerado um dia de luta das mulheres e isso ia completamente contra a ideologia do regime. A lógica era: apaga-se dos jornais, apaga-se da memória”, acrescenta a investigadora Irene Pimentel.

Maria Teresa Horta foi uma das poucas mulheres que ouviram falar do “burburinho” da manifestação em 1962. “Até discuti com o Luís [marido] em ir ou não ir, mas não fui porque havia alto risco de ser presa e considerava o trabalho político que fazia aqui mais importante”, considera a escritora. Helena Neves só soube da manifestação anos mais tarde, quando conheceu Maria José Ribeiro no Movimento Democrático das Mulheres, em 1968. Também Isabel do Carmo e Maria Antónia Fiadeiro só ouviram falar da manifestação vários anos depois.

“Nós fizemos uma mobilização imensa, às vezes reflecto como é que não se falou mais sobre isto”, diz Maria José Ribeiro. “Sempre que fazíamos almoços ou reuniões no 8 de Março, havia sempre algumas intervenções no fim. Quando eu ia falar, a Virgínia Moura [importante activista política contra a ditadura] dizia-me baixinho: ‘Não te esqueças de falar do 8 de Março de 62. Foi tão importante e ninguém sabe’”, acrescenta.

Mas, ainda hoje, “os livros não falam desta manifestação”, critica Irene Pimentel. “Tudo o que é relativo às lutas das mulheres na ditadura foi praticamente abafado pelo regime e esquecido e isso sente-se nesta manifestação, que é estapaafúrdia, porque destoa do resto. Não se percebe porque é que acontece no Porto e não em Lisboa”, continua. “Se formos à famosa cronologia verde [Contribuição para a Cronologia dos Factos Económicos e Sociais, de João Moraes e Luís Violante], que todos os historiadores usam, está lá a data, mas tem uma frase. Não diz quem foi à rua, quem organizou, se se fez um comício, um colóquio. Os pequenos acontecimentos, principalmente os que são protagonizados por mulheres, escapamos. Há uma tendência para serem esquecidos”, conclui a historiadora.

Nos últimos anos existem muitas manifestações que são convocadas por mulheres. Desde 2017 que vários países organizam uma greve no Dia Internacional da Mulher e em Portugal é a segunda vez que a Rede 8 de Março convoca concentrações para várias cidades do país. Neste domingo, Maria José Ribeiro, agora com 84 anos, volta a ocupar as ruas do Porto e diz ficar feliz por nos últimos anos se juntarem cada vez mais mulheres. Ainda assim, Manuela Tavares questiona: “Será que isto vai ficar no registo histórico das próximas décadas?”



Domingo, 8 de Março de 2020

ESTE SUPLEMENTO É PARTE INTEGRANTE DO JORNAL PÚBLICO N.º 10.910 E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Público P2

8 de Março de 1962
A manifestação das mulheres
que não está nos livros P14 a 19

Série Portugal em fuga
O desaparecimento
da Virgem gótica P20 a 23



Entrevista **António Costa**
“Fico bastante irritado por ter dificuldade
em ser optimista sobre a Europa”

P4 a 11